

# Relatório ICANN 61: Olhar do setor empresarial

Conselheiro Nivaldo Cleto

Com o início da ICANN 61 em Porto Rico, San Juan, em 10 de março de 2018, ficou demonstrado que a comunidade local e governo tinham toda intenção de tornar atrativa a ida ao país para os diversos *stakeholders* que ali desembarcaram, providenciando uma estrutura adequada para a reunião que já havia sido cancelada anteriormente pela ameaça do vírus *zika*, e que agora acontecia poucos meses após a devastadora passagem do Furacão Maria pela região. Isso não impediu um contingente relativamente grande de pessoas de comparecerem à reunião, que pode ser considerada agitada, pois muitos temas prioritários corriam em paralelo.

## Negócios e tecnologia em Porto Rico

A *Business Constituency* (BC) contou com os esforços incansáveis de Andrew Mack (da AMGlobal Consulting) e Chris Mondini (Vice-presidente de engajamento com empresas da ICANN) para que fosse possível ocorrer o tradicional evento de *outreach* com empresas locais durante o dia zero da reunião, mas devido aos problemas de logística que ainda ocorriam no país, foi organizado um evento menor com a diretoria da Câmara de Comércio de Porto Rico.

Fomos recebidos por Javier Rua-Jovet, da ALAC, que se juntou a Alicia Lamboy-Mombille, presidente da Câmara de Comércio, e por fim o diretor executivo Miguel Vargas-Jiménez, e prosseguimos para uma discussão bastante rica à respeito dos aspectos centrais da condução de negócios na região, enfatizando a vontade que possuem de parcerias no setor de tecnologia.

Nos informaram que Porto Rico dá confiança aos investidores externos devido a sua combinação de um jeito EUA de fazer negócio com um temperamento latino. Apesar do que se acredita popularmente, o turismo corresponde a apenas 5% de seu PIB, com farmacêuticas e indústria pesada ocupando a parte principal da economia da ilha, correspondendo a 60% do PIB.

Porto Rico depende de petróleo para gerar energia, e o governo precisa gastar 3 bilhões de dólares por ano na compra desse para poder então vender para a população como energia. Problemas administrativos sempre praguejaram a indústria de energia, com alto índice de corrupção, o que dificultou a reconstrução do setor após a grade ser destruída pelo furacão.

Com a depredação da infraestrutura, a conectividade ainda é um problema, e enquanto áreas economicamente ativas estão melhor conectadas, o interior se prova

um desafio. Ainda assim, existem muitos cabos de fibra já passados e que podem ser melhor aproveitados, aguardando investimento.

Porto Rico possui a distinção de ser uma das localidades com maior uso de pagamentos eletrônicos do mundo, o que levou os provedores de cartão a usarem satélites para suprir essa demanda durante o período mais intenso de apagão. Isso demonstra a confiabilidade que alguns setores possuem no potencial econômico do país, vislumbrando uma recuperação intensa.

Taxas federais são facilitadas para investidores externos, e preço de terras é baixo, estando particularmente baixos no momento. Muitos dos que graduam do colegial e integram a força de trabalho são bilíngues, e a posição geográfica entre o norte e sul do hemisfério ajuda a servir todo o continente. *Ease of doing business*<sup>1</sup> não é tão alto, mas a vontade de novas parcerias é muito grande.

## Questões do GAC

Em um anúncio inesperado, a delegada do Peru, Milagros Castanon, conhecida por sua postura agressiva em relação à questão do “.amazon”, anunciou sua saída da posição de vice-chair alcançada na reunião anterior, devido a uma mudança na estrutura do governo. A eleição de um substituto deve ser realizada durante a ICANN 62, ou na 63 durante a eleição regular, caso os membros do GAC não julguem necessário esse procedimento.

Retomando a questão da disputa do uso do sufixo “.amazon” dentro do espaço do DNS, protagonizada largamente por Brasil e a empresa estadunidense Amazon, ficou decidido após a reunião anterior que na reunião 61 seria necessária uma declaração do GAC justificando quais os motivos pelos quais a application da Amazon não poderia ser considerada válida, já que um painel independente de revisão (IRP) não havia encontrado problemas claros nela.

Benedicto Fonseca, delegado do Brasil, declarou que esse pedido foi introduzido na pauta da OTCA e discutido por seus membros, que criaram um grupo de trabalho técnico para avaliar a questão, com base na proposta de acordo apresentada pela Amazon. Ele citou então que seria necessário esperar até a metade de abril para terminarem a leitura da proposta e dar uma resposta ela.

No fim, essa foi a posição enviada à Board da ICANN no comunicado oficial do GAC ao fim da reunião.

A nova chair do GAC, a egípcia Manal Ismail, demonstrou incerteza e pouca liderança durante as sessões que presidiu, com pausas frequentes e delegando por diversas vezes o controle da sessão para os vice-chairs. Ismail foi eleita ao invés da argentina Olga Cavalli na reunião 60, de Abu Dhabi, e tem de provar na próxima reunião que possui a energia para ocupar a liderança do conturbado GAC.

## Business Constituency

A BC aproveitou a reunião para congratular alguns de seus membros excepcionais, dando premiação a três membros da comunidade por suas contribuições e trabalho desenvolvido ao longo dos anos, sendo eles Phil Corwin (VirtuaLaw e agora VeriSign) e Chris Wilson (Amazon), e Chris Mondini (ICANN), celebrados por sua liderança dentro da comunidade empresarial da Governança da Internet.

Nos assuntos internos, as finanças da BC estão muito saudáveis, e com isso foi anunciado aos membros a possibilidade de financiar projetos menores e iniciativas de seus membros voltadas a avançar os objetivos dos usuários comerciais. Andrew Mack encaminhará projeto em parceria com Nivaldo Cleto, Gabriela Szlak e Mark Datysgeld na busca de trazer um modelo que facilite a participação de empresas da América Latina na BC, e trabalha ativamente com a região para facilitar esse movimento.

Dentro do grande assunto da reunião, o GDPR, a IPC, onde se juntam aqueles com interesse prioritário no tema da propriedade intelectual, tomou um papel de protagonismo, adotando a liderança do tema dentro do *Commercial Stakeholder Group* (CSG). Assim, a BC tem agregado e se juntado às contribuições que eles tem feito, não tomando uma posição de escrever políticas extensamente dentro do assunto. Enquanto não existe oposição a isso, há uma vontade de maior participação geral. Steve del Bianco e Tim Chen lideram essa pauta até o momento.

Foi discutido na reunião se é possível ampliar os critérios de novos TLDs voltados a comunidades fechadas, como é o caso, por exemplo do “.museum”, pois existe uma vontade por parte dos *registries* de tornar mais vagas algumas cláusulas contratuais, com o objetivo poderem vender esses para mais clientes. Isso é contencioso, pois foi alcançado um acordo durante a fase de leilões que seria quebrado.

Outra pauta foi a da eleição de membros da Board e Liaisons por parte da comunidade, que não passa pelo mesmo tipo de análise minuciosa às quais aqueles que são eleitos por meio do NomCom, que tem suas vidas examinadas de modo detalhado. Isso levanta uma série de questões quanto a o que é correto ou justo ser examinado, e de que maneira tal processo poderia ser estabelecido.

## Desenvolvimento de políticas (PDP) para a América Latina

Tivemos a primeira reunião sobre PDP do GNSO voltada à região LAC feita dentro de uma ICANN. Liderada pelo administrador regional Rodrigo de la Parra, ela é resultado de uma revisão do plano estratégico para a LAC que se focou em divulgação, alcançando mais pessoas, e agregando qualidade ao processo da região. Agora busca-se aumentar a qualidade e volume das contribuições.

O palestrante Rubens Kuhl, do [NIC.br](http://NIC.br), destacou duas questões que considera que se mostraram importantes para a região:

1) os nomes geográficos e as disputas com as marcas Amazon e Patagonia que se deram durante a primeira rodada de novos Top-Level Domains e;

2) a integração vertical: relação entre registry e registrars. Em nossa região existem poucos ICANN-accredited registrars, inclusive no Brasil não existe nenhum. Da maneira como o mercado está organizado, o novo TLD “.lat” está travado, pois sua venda é difícil por razões burocráticas.

Martin Silva, da NPOC (Not for Profit Operacional Concerns) <sup>ii</sup>, deu ênfase a como os diferentes PDPs podem ser olhados por uma diversidade de perspectivas, dando como exemplo a revisão de *Rights Protection Mechanism* – RPMs, os mecanismos de proteção de propriedade intelectual. Se por um lado podem ser olhados os direitos das marcas, como é costumeiro, existe toda uma outra área de direitos de personalidade, voltada a indivíduos e organizações sem fins lucrativos, que devem ser tão considerados quanto os outros num contexto de multistakeholder, ou de múltiplas partes interessadas.

O processo de PDP possui um certo fluxo, que segue esses passos: um “issue report” (relatório de problema) surge como resultado de problemas relativos ao avanço das tecnologias, falhas em uma política, ou outras questões que pareçam estar prejudicando a operação do Domain Name System – DNS (Sistema de Nomes de Domínio). Se inicia então um “public comment” (comentário público) no qual opiniões amplas são coletadas; o “working group” (grupo de trabalho) é formado e junta interessados em debater o tema profundamente; quando uma conclusão é alcançada, um “report” (relatório) é produzido, que é levado ao conselho do GNSO e revisada; caso aprovado, ele é levado sobe para a Board da ICANN, que dá um formato final a aquela questão e passa para a implantação da mesma.

Rodrigo de la Parra lembrou que existe uma outra metade da ICANN além do GNSO, que são as partes contratadas, os registries e registrars, possuidores de um contrato com a ICANN e que portanto estão submetidos a um fluxo diferente de formação de políticas, dependendo da natureza de seus contratos. Além disso, existe a parte de números, que delibera em outra esfera, com outros grupos fora da ICANN.

Foi destacado o papel do grupo de “*subsequent procedures*”, que trata de como devem ser gastos os recursos adicionais da ICANN obtidos com a venda dos direitos de operação de novos TLDs. Ele é interessante, pois é dividido em uma diversidade de frentes e atende ao interesse de deliberação de praticamente qualquer stakeholder. Foram destacados também os grupos de “*geonames*” (nomes geográficos), e de reforma do WHOIS/RDS.

## Universal Acceptance com membros brasileiros da Business Constituency

Tivemos a oportunidade de aprender mais durante essa reunião à respeito do processo de *Universal Acceptance* (UA), um passo importante no reconhecimento de que a Internet está se tornando realmente um mecanismo global de comunicação, no qual se faz necessário integrar línguas que não possuem o alfabeto latino como base.

Nos últimos anos está se acelerando o processo de adoção dos *Internationalized Domain Names* (IDNs), que incluem uma diversidade de caracteres asiáticos e cirílicos. No momento, muito do código de softwares e plataformas Web destinadas a interagir com endereços de e-mail e nomes de domínio não estão preparados para lidar nem com os novos TLDs (como “.site”, “.bar” e afins), e muito menos com outros alfabetos. O UA busca mudar isso.

Pode não parecer tão evidente ainda, mas essa demanda cresce muito rapidamente entre aqueles que possuem outras línguas como base, e ainda observamos empresas que buscam inovar sua identidade online e gerar benefícios de segurança começando a migrar para novos TLDs. Um cenário que queremos evitar é o de que empresas percam oportunidades, clientes, notícias e outros caminhos para a otimização no mercado global devido a limitações técnicas, e é por isso que ações precisam começar a ser tomadas.

Para obtermos aceitação universal, todos os TLDs precisam ser tratados de maneira consistente, o que inclui os novos nomes e os internacionalizados. Eles precisam ser aceitos, validados, armazenados, processados e exibidos em todos os sistemas. Nesse ponto entra em ação o *Universal Acceptance Steering Group*, um esforço comunitário direcionado a programadores e equipes de TI interessados em ajudar na incorporação desses ideais em formato de código, aumentando as possibilidades de conexão global.

Durante a ICANN 61, em San Juan, ocorreu uma reunião entre Don Hollander, Secretário Geral do grupo que coordena o UA, com os membros latinos da *Business Constituency* (BC), junto da liderança regional da ICANN. Estavam presentes: Nivaldo Cleto ([CGI.br/ICANN BC](http://CGI.br/ICANN BC)), Paulo Roque (ABES), Rodrigo de la Parra (ICANN org.), Daniel Fink (ICANN org.), o consultor Mark Datysgeld (Governance Primer) e o analista de políticas industriais Fabiano Barreto (Confederação Nacional da Indústria-CNI). Além do caráter informativo, ficou estabelecido que serão estudados esforços para expandir o projeto no Brasil.

---

<sup>i</sup> **Ease of doing business - Expressão “Facilidade de Fazer Negócios”** As economias são classificadas quanto à facilidade de fazer negócios, de 1 a 190. Uma alta facilidade de fazer ranking de negócios significa que o ambiente regulatório é mais propício para o início e a operação de uma empresa local. As classificações são determinadas pela classificação da distância agregada às pontuações de fronteira em 10 tópicos, cada um consistindo em vários indicadores, dando igual peso a cada tópico. [www.doingbusiness.org](http://www.doingbusiness.org)

<sup>ii</sup> Not for Profit Operacional Concerns – Organizações Sem Fins Lucrativos – Constituinte da ICANN